

**FERROLENE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS**

C.N.P.J. (MF) sob nº 61.881.017/0001-90

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as, as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais - R\$)**

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo e Patrimônio líquido	Notas	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	320.416	898.197	Empréstimos e financiamentos	10	-	41.667
Contas a receber	5	104.864.456	116.950.255	Fornecedores	11	155.061.500	150.577.777
Estoques	6	194.489.689	159.930.554	Risco sacado	12	6.557.325	2.750.459
Impostos a recuperar	8	11.193.555	13.265.267	Obrigações tributárias	12	1.259.989	2.750.459
Outros ativos	8	2.848.458	2.127.824	Obrigações trabalhistas	13	8.904.489	9.169.551
		<b>313.717.079</b>	<b>293.192.097</b>	Dividendos a pagar	17	8.465.810	9.228.711
				Outras contas a pagar	14	487.338	1.041.852
				Passivo de arrendamento	14	5.321.035	5.238.057
						<b>186.057.492</b>	<b>178.048.074</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Impostos a recuperar	8	1.165.526	1.135.338	Dividendos a pagar	17	15.713.235	-
Depósitos judiciais	15	348.358	353.231	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16,2	35.363.701	35.703.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16,1	673.685	680.266	Provisão para contingências	15	1.048.589	1.133.403
Outras contas a receber	9	15.390	15.390	Passivo de arrendamento	14	23.808.658	25.815.304
Imobilizado líquido	9	233.115.477	221.962.973			<b>75.934.183</b>	<b>82.651.811</b>
Direito de uso	14	28.730.119	30.023.530				
		<b>264.048.555</b>	<b>254.200.992</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>577.765.634</b>	<b>547.393.089</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>577.765.634</b>	<b>547.393.089</b>

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais - R\$)**

	Capital social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	139.000.000	69.964.864	6.224.271	62.652.999	-	277.842.134
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(658.842)	-	-	658.842	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.042.682	38.042.682
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	-	(658.842)	-	-	38.701.524	38.042.682
Aumento de capital	30.000.000	-	-	(30.000.000)	-	-
Implementação da reserva legal	-	-	1.935.076	-	(1.935.076)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(9.191.612)	(9.191.612)
Complemento da reserva de lucros a realizar	-	-	-	27.574.836	(27.574.836)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	169.000.000	69.306.022	8.159.347	60.227.835	-	306.693.204
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(658.841)	-	-	658.841	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	33.216.735	33.216.735
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	-	(658.841)	-	-	33.875.571	33.216.735
Aumento de capital	40.000.000	-	-	(40.000.000)	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(19.191.612)	(19.191.612)
Ajuste a valor presente - dividendos	-	-	-	-	6.198.897	6.198.897
Complemento da reserva legal	-	-	1.660.837	-	(1.660.837)	-
Implementação da reserva de lucros a realizar	-	-	-	23.791.994	(23.791.994)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	209.000.000	68.647.181	9.820.184	28.306.594	-	315.773.959

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Ferrolene S/A Indústria e Comércio de Metais ("Companhia" ou "Ferrolene") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivos principais: as atividades industriais de desdobramento, corte, dobra e união de blanks de aço por processo à laser; o comércio de metais em geral; e a prestação de serviços de manuseio, arrumação e transbordo. A Companhia está sediada na Rua Cadiri, nº 176/786/826/882, na cidade de São Paulo - SP. Matriz: Ferrolene SA Indústria e Comercio de Metais: Rua Cadiri, 776/786/826/882 - Mooca, São Paulo - SP. Fabricação e serviço de corte e dobra de outros produtos de metal. **Filial I:** Rua Cadiri, 775 - Mooca, São Paulo - SP. Fabricação e serviço de corte e dobra de outros produtos de metal. **Filial 2:** Rua Cadiri, 1199/1213 - Mooca, São Paulo - SP. Fabricação de outros produtos de metal. **Filial 3:** Rua Cadiri, 1300 - Mooca, São Paulo - SP. Fabricação e serviço de corte e dobra de outros produtos de metal. **Filial 4:** Rua América Santiago Piacenza, 750 - Cíncio, Contagem - MG. Fabricação de cabines, carroceria e rebocos para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus. **Filial 5:** Rua Haeckel Ben-Hur Salvador, 1.333 - Cíncio, Contagem - MG. Desdobramento, corte, dobra e união de blanks de aço por processo a laser, e a prestação de serviços de manuseio, arrumação e transbordo. Parte significativa das suas operações são concentradas em principais clientes do setor automotivo (montadoras e auto peças). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas e autorizadas para emissão da Diretoria da Companhia em 22 de abril de 2026. **1.1. Reforma tributária:** A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabeleceu modificações substanciais no modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, introduzindo nova sistemática baseada na tributação sobre valor agregado, o novo arcabouço constitucional prevê substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre operações com bens e serviços por novos instrumentos tributários estruturados em competências distintas. No âmbito federal, foi instituída a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá contribuições atualmente incidentes sobre a receita. No âmbito subnacional, foi criado o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja competência será compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, com a finalidade de substituir gradualmente tributos atualmente de competência desses entes federativos. A reforma também instituiu o Imposto Seletivo, cuja incidência possível e será extinta em razão da ausência, até a presente data, de definição de regimes tributários. A Lei Complementar nº 214, publicada em 2025, estabeleceu diretrizes gerais relacionadas à operacionalização do novo sistema tributário, incluindo disposições acerca da incidência, apuração, credimento e regras aplicáveis ao período de transição entre os regimes tributários. Entretanto, a plena implementação do novo modelo permanece condicionada à edição de regulamentações adicionais, incluindo atos normativos complementares e a consolidação da estrutura de governança e administração do imposto de competência compartilhada. A Administração para as datas base para a determinação do valor adequado a ser registrado, assim representa alteração relevante na dinâmica de apuração tributária, podendo modificar a forma como tributos afetam as operações da Companhia. O novo modelo introduz sistemática de credimento baseada na integralidade das operações econômicas realizadas ao longo da cadeia produtiva, com incidência predominante no destino. A Administração entende que essas mudanças poderão influenciar aspectos relacionados à formação de preços, estrutura de custos, gestão de créditos tributários, estrutura contratual e fluxos financeiros da Companhia. Todavia, a extensão e a materialidade desses possíveis efeitos permanecem sujeitas a incertezas relevantes, principalmente em razão da ausência, até a presente data, de definição de regimes tributários aplicáveis e da conclusão do processo regulatório. A legislação aplicável prevê período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual ocorrerá a migração gradual do sistema atual para o novo modelo tributário, com convivência simultânea entre os regimes. Conforme previsto na legislação vigente, o ano de 2026 corresponderá à etapa inicial de implementação operacional, com previsão de destaque dos novos tributos nos documentos fiscais em caráter informativo, sem efeitos financeiros diretos nesse estágio inicial. A previsão de substituição gradual dos tributos atualmente incidentes sobre operações com bens e serviços evolui de acordo com a legislação vigente. Em resposta às alterações legislativas, a Companhia iniciou processo estruturado de avaliação dos potenciais impactos decorrentes da reforma tributária. A Companhia promoveu ao longo de 2025, as adequações necessárias em seus sistemas e processos operacionais internos, revisão de parametrizações fiscais em sistemas corporativos, adaptação de rotinas relacionadas à emissão de documentos fiscais e monitoramento contínuo da evolução normativa, para viabilizar o tratamento previsto na legislação de transição, incluindo a implementação de sistemas de informação e a atualização dos IBS nos documentos fiscais. A Administração tem exercido julgamento relevante na avaliação dos efeitos potenciais dessas mudanças, considerando o estágio atual de regulamentação e as informações disponíveis até a data de encerramento destas demonstrações contábeis. Com base nas análises realizadas até 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que até a presente data, os requisitos operacionais aplicáveis à etapa inicial de implementação foram devidamente atendidos e não existem, até o momento, impactos materiais que exijam reconhecimento, mensuração ou divulgação adicional nas demonstrações contábeis. A Companhia já emite documentos fiscais com o novo modelo tributário em grau de incerteza regulatória, uma vez que depende da definição de alíquotas, da regulamentação complementar e da consolidação dos procedimentos operacionais relacionados ao novo sistema tributário. A Administração continuará monitorando a evolução do ambiente regulatório e revisará suas estimativas e premissas prospectivamente, caso novas informações relevantes se tornem disponíveis. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são apresentadas em moeda funcional em Reais (R\$), Nota explicativa N° 16 - **Moeda funcional**. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas. **Nota explicativa N° 5 - Perda esperada no valor recuperável de contas a receber:** Nota explicativa N° 9 - **Vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado;** Nota explicativa N° 15 - **Provisões para contingências;** **Nota explicativa N° 16 - Imposto de renda e contribuição social diferido.** **3. Resumo das principais políticas contábeis adotadas:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no melhor julgamento da Administração para as datas base para a determinação do valor adequado a ser registrado, assim representam alteração relevante na dinâmica de apuração tributária, podendo modificar a forma como tributos afetam as operações da Companhia. **3.1. Ativos e Passivos Financeiros: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo pelo valor resultante (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente principal e juros", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **Outros resultados líquidos são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes". Custo amortizado:** São ativos mantidos dentro do modelo de negócio, cujo objetivo seja gerar fluxos de caixa positivos e mensurados ao custo amortizado. O custo de ativos é determinado original e fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros e cambiais são reconhecidas no resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando não atende aos critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento do ativo for designado para eliminar ou reduzir descaimentos de valor resultante em base no balanço contábil nesta categoria. O resultado, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. **Custo amortizado:** São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido de custos de transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros são, por padrão, mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira; (ii) compromissos de ceder empréstimos com o custo de juros abaixo do mercado; (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio de resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descaimento contábil ou se o grupo passivo ser gerenciado ao valor justo. **Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** São ativos de alto grau de liquidez em dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata, avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **3.3. Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo, quando aplicável, são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. É constituída provisão para perda de valor recuperável do contas a receber em montante considerável suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. **3.4. Estoques:** O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros gastos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **3.5. Imobilizado líquido:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração; (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Os softwares comprados, que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre o valor líquido de realização e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subitem:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada no resultado com base no custo líquido de um ativo. O custo líquido de um ativo é determinado em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.6. Avaliação do valor recuperável dos Ativos (teste impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, a constituição de provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3.7. Direito de Uso:** A Companhia adota o pronunciamento CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando o ativo identificável. Na data de adoção inicial, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva em cada caso, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento mercantil ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. **3.8. Arrendamento mercantil:** Na data de início, a mensuração do passivo pro-

visão com arrendamento mercantil foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente. A Companhia optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, está de 8,0%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício. Determinações a respeito de: provisão de desmobilização (não possui custo significativo e portanto não foi considerado no custo de formação do ativo), os montantes já considerados os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM, por exemplo), os prazos de arrendamento, foram entendidos, sendo aplicável, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens está estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na rubrica de direito de uso do ativo não circulante dada a sua natureza, e com a contrapartida na rubrica passivo de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, classificados a valor presente, de acordo com o fluxo de pagamento aplicado,

...	2025	2024
A vencer		
De 01 a 30 dias	113.487.096	115.262.407
De 31 a 60 dias	18.070.451	25.328.050
De 61 a 90 dias	11.257.765	4.514.472
Acima de 90 dias	201.987	69.437
<b>Total</b>	<b>143.017.299</b>	<b>145.174.366</b>
Vencidos de 1 a 30 dias	1.973.800	2.069.235
Vencidos de 31 a 60 dias	1.913.253	1.512.202
Vencidos de 61 a 90 dias	2.050.604	1.521.431
Vencidos de 91 a 180 dias	5.110.815	31.019
Vencidos de 181 a 365 dias	7.553.054	1.961
Acima de 365 dias		267.563
<b>Total</b>	<b>161.618.825</b>	<b>150.577.777</b>

Os saldos vencidos são principalmente com partes relacionadas.

#### 12. Obrigações tributárias:

	2025	2024
ICMS a Recolher	143.148	646.348
IRRF a Recolher	831.522	734.347
IPI a Recolher	-	315
IRPJ a Pagar	1.086	826.049
CSLL a Pagar	97.751	388.168
Demais Impostos a Pagar	186.490	155.232
<b>Total</b>	<b>1.259.995</b>	<b>2.750.459</b>

#### 13. Obrigações Trabalhistas:

	2025	2024
Participação Resultados a Pagar	1.307.163	1.321.544
Encargos Sociais a Pagar	2.848.560	2.316.824
Férias e Encargos	4.748.766	5.531.183
<b>Total</b>	<b>8.904.489</b>	<b>9.169.551</b>

**13.1. Participações nos lucros e resultados:** A Companhia concede participações nos lucros e resultados a seus funcionários, vinculadas ao seu plano de ação e ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no começo de cada ano. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou na rubrica de custos e despesas operacionais, uma despesa para participação nos lucros no montante de R\$ 3.759.765 (R\$ 3.189.200 em 2024).

#### 14. Direito de uso e Passivo de arrendamento: Ativo - Direito de Uso:

Descrição	2025	2024
Arrendamentos de Aluguéis	28.730.119	30.023.530

A abertura dos saldos de direitos de uso está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	2025	2024
(+) Adições	5.523.082	5.523.082
(-) Amortização	(6.816.493)	(6.816.493)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>28.730.119</b>	<b>28.730.119</b>

#### Passivo de arrendamento:

Descrição	2025	2024
Arrendamento de aluguéis	38.738.665	42.154.318
(-) Ajuste a valor presente	(6.948.308)	(8.448.152)
(-) Pis e Cofins s/ Arrendamento a Recolher	(2.660.664)	(2.652.805)
<b>Total</b>	<b>29.129.693</b>	<b>31.053.361</b>

	2025	2024
Circulante	5.321.035	5.238.057
Não circulante	23.808.658	25.815.304
<b>Total</b>	<b>29.129.693</b>	<b>31.053.361</b>

**15. Contingências e depósitos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face aos processos em curso avaliados como perda provável, são estabelecidas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais. Os depósitos judiciais estão registrados no ativo não circulante. Segue o sumário das provisões e depósitos judiciais:

	2025	2024
Depósitos judiciais	348.358	1.048.589
Provisão	1.048.589	353.231
Depósitos judiciais	353.231	1.133.403
Provisão	1.133.403	348.358

Os processos em sua grande maioria requerem indenização de horas extras e vínculo de trabalhos de profissionais de empresas terceirizadas. A Companhia não mantém discussões judiciais classificadas como probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A seguir são apresentadas as movimentações da provisão, partindo do pressuposto que a Companhia reverte a provisão do ano anterior e reconstrói a nova, ocorridas nos exercícios de 2025 e 2024:

	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.024.640)	(1.024.640)
Adições	1.133.403	1.133.403
Reversões	1.024.640	1.024.640
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(1.133.403)</b>	<b>(1.133.403)</b>
Adições	1.048.589	1.048.589
Reversões	1.133.403	1.133.403
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(1.048.589)</b>	<b>(1.048.589)</b>

**16. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido:** A Companhia utiliza a sistemática do lucro real e calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia possui diferenças temporárias existentes entre a contabilidade e a apuração do resultado com base na legislação tributária vigente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 que possuem base de recuperação futura atrelada a realização futura projetada destas provisões (diferenças temporárias) e lucro tributável de anos anteriores. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social entre a taxa nominal e efetiva:

	2025	2024
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	48.900.337	57.632.184
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal de 34%	(16.626.115)	(19.594.943)
Outras adições (exclusões)	942.513	5.441
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(15.683.602)</b>	<b>(19.589.502)</b>
Alíquota efetiva	32,07%	33,99%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(16.016.424)	(20.027.282)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	332.822	437.780

#### 16.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo:

	Não Circulante	
	2025	2024
Imposto de Renda	932.837	867.381
Contribuição Social	932.837	867.381
<b>Total</b>	<b>1.981.426</b>	<b>1.981.426</b>
Alíquotas	25%	9%
Total dos Tributos Diferidos	495.357	180.070
<b>Total do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo</b>	<b>673.685</b>	<b>680.266</b>

#### 16.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo:

	Não Circulante	
	2025	2024
Imposto de Renda	137.883.702	137.883.702
Contribuição Social	137.883.702	137.883.702
<b>Total</b>	<b>275.767.404</b>	<b>275.767.404</b>
Alíquotas	25%	9%
<b>Total do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo</b>	<b>353.637.101</b>	<b>353.637.101</b>

**17. Patrimônio líquido:** • **Capital social:** o capital social em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 169.000.000,00, e passou por conta da aprovação na AGOE de 30/04/2025 para R\$ 209.000.000,00, mediante capitalização de R\$ 40.000.000,00 da conta de Reserva de Lucros a Realizar, sem aumento na quantidade de ações. Assim o capital social em 31 de dezembro 2025, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 1.222.703 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 209.000.000,00; • **Dividendos:** O Estatuto da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro

líquido, ajustado pela constituição da reserva legal e movimentação do ajuste de avaliação patrimonial, independentemente da existência de prejuízos acumulados, conforme o Artigo 202 da Lei nº 6404/76, bem como, dividendos complementares aprovados pela Assembleia ou diretoria, beneficiando os acionistas em razão da disponibilidade de recursos para o referido pagamento, conforme preconizado pela legislação societária:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	33.216.735	38.042.682
(-) Parcela de lucros destinada à constituição da reserva legal	(1.660.837)	(1.935.076)
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	658.841	658.842
(=) Base de cálculo do dividendo mínimo	32.214.739	36.766.448
(%) Percentual mínimo	25%	25%
<b>(=) Dividendos propostos - obrigatórios 25%</b>	<b>8.053.685</b>	<b>9.191.612</b>

• **Ajuste de avaliação patrimonial:** ocorre da atribuição de um novo custo a determinadas classes de ativo imobilizado, conforme comentado na Nota Explicativa No 3, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos. A realização ocorre à medida que se realiza o ajuste de avaliação patrimonial no imobilizado, por meio de depreciação, baixa, obsolescência ou perda por *impairment*; • **Reservas de lucros: Reserva legal:** a reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício. **Reserva de lucros a realizar:** a reserva de lucros a realizar, que corresponde ao lucro remanescente após a destinação para reserva legal, visa a distribuição de dividendos assim que o caixa permitir. Em 2025, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a declaração de dividendos complementares, que incluem os dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a serem pagos aos acionistas conforme determinado pela Diretoria, até dezembro de 2028. Abaixo é demonstrada a movimentação de 2025 e 2024:

	2025	2024
Lucros acumulados	-	-
Lucro líquido do exercício	32.252.234	38.042.682
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	658.841	658.842
Complemento da reserva legal (5%)	(1.660.837)	(1.935.076)
Dividendos propostos - obrigatórios (25%)	-	(9.191.612)
Dividendos declarados para o ano de 2026, incluindo o obrigatório de 2025, conforme AGE	(9.191.612)	-
(-) Ajuste a valor presente - dividendos declarados	768.867	-
<b>(=) Saldo a ser destinado a Reserva de lucros a realizar</b>	<b>23.791.997</b>	<b>27.574.836</b>
<b>Reserva de lucros a realizar</b>	<b>60.227.835</b>	<b>62.652.999</b>

Aumento de capital (40.000.000) (30.000.000) (10.479.715) - (11.432.417) - (6.198.897) - Complemento de Reserva de lucros a realizar 23.791.994 27.574.836 (=) Reserva de lucros a realizar 28.306.594 60.227.835 Além dos dividendos acima, a Companhia tem pendente de pagamento os dividendos de anos anteriores, que somam em 2025 o valor de R\$ 43.065 (2024, o valor de R\$ 37.099), com previsão de pagamento no ano de 2026.

	2025	2024
18. Receita operacional líquida:		
Receita bruta com vendas e serviços (*)	1.580.189.519	1.397.372.711
ICMS	(173.203.014)	(154.782.464)
COFINS	(103.423.813)	(90.729.847)
IPI	(37.310.518)	(32.878.573)
PIS	(22.453.831)	(19.699.024)
ISS	(9.419)	-
Devoluções e abatimentos	(22.167.654)	(24.613.003)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.221.621.270</b>	<b>1.074.669.200</b>

(\*) Receita preponderante do setor automotivo (montadoras e autopeças):

	2025	2024
19. Custo dos serviços prestados e vendas de mercadorias:		
Material	(996.951.947)	(859.203.079)
Serviços	(26.833.487)	(22.504.218)
Salários e encargos sociais	(81.101.751)	(70.176.745)
Depreciação e amortização	(11.947.320)	(10.126.507)
Peças e manutenção	(14.189.998)	(12.959.945)
Outros	(26.498.513)	(22.429.976)
<b>Custos dos serviços e vendas</b>	<b>(1.157.523.016)</b>	<b>(997.400.470)</b>

#### 20. Despesas Administrativas e gerais/ Comerciais:

	2025	2024
20.1. Administrativas e gerais:		
Salários e encargos sociais	(5.050.100)	(4.434.016)
Honorários da diretoria e encargos	(4.390.161)	(4.467.129)
Serviços profissionais de terceiros	(2.072.328)	(3.201.311)
Gastos com telefonia	(206.171)	(292.118)
Despesas com impostos e taxas	(746.235)	(870.536)
Despesas administrativas gerais	(1.472.064)	(1.289.131)
Outras despesas, líquidas	(926.515)	(868.537)
<b>Total</b>	<b>(14.863.574)</b>	<b>(15.422.778)</b>

	2025	2024
20.2. Comerciais:		
Salários e encargos sociais	(1.781.626)	(1.922.517)
Despesas com viagens	(64.466)	(74.736)
Outras despesas, líquidas	(1.122.930)	(1.029.865)
<b>Total</b>	<b>(2.969.022)</b>	<b>(3.027.118)</b>

	2025	2024
20.3. Outras receitas operacionais:		
Contr Prev 1/3 Férias e Aux Doença - principal (nota 8)	3.683.690	-
<b>Total</b>	<b>3.683.690</b>	<b>-</b>

#### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Ferrolene S/A Indústria e Comércio de Metais** - São Paulo - SP. **Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Ferrolene S/A Indústria e Comércio de Metais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ferrolene S/A Indústria e Comércio de Metais** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 as demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e transações relevantes com partes relacionadas, representadas substancialmente por operações comerciais, cujos valores são pactuados entre as partes. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Valores correspondentes:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditados por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 22 de abril de 2025, sem modificação. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é

#### 21. Receitas e despesas financeiras:

	2025	2024
21.1. Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	777.321	956.447
Descontos obtidos	62.908	86.531
Contr Prev 1/3 Férias e Aux Doença (Nota 8)	2.836.786	-
Outras receitas	124.997	264.269
<b>Total</b>	<b>3.801.992</b>	<b>1.307.247</b>

#### 21.2. Despesas financeiras:

	2025	2024
Juros passivos sobre empréstimos	-	(18.741)
Comissões e despesas bancárias	(38.855)	(34.388)
Juros sobre arrendamentos	(2.484.781)	(2.267.329)
Juros risco sacado	(2.325.541)	(18.741)
Outras despesas	(1.826)	(154.698)
<b>Total</b>	<b>(4.851.003)</b>	<b>(2.493.897)</b>

**22. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia adota um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações. Abaixo segue a abertura dos riscos e importância segurada em 31 de dezembro de 2025, vigentes em 2026 em períodos variáveis:

COBERTURA	RISCO	IMP. SEGURADA
Tumultos Greves, Lockout e atos dolosos	EMPRESARIAL	100.000,00
Equipamentos Moveis	EMPRESARIAL	200.000,00
Roubo, ou furto qualificado de bens e mercadorias	EMPRESARIAL	200.000,00
Responsabilidade Civil Operações	EMPRESARIAL	500.000,00
Alagamento e inundação	EMPRESARIAL	300.000,00
Movimentação Interna	EMPRESARIAL	500.000,00
Operações de Carga, Descarga, Içamento ou Descida	EMPRESARIAL	500.000,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Granizo	EMPRESARIAL	900.000,00
Danos Elétricos	EMPRESARIAL	1.000.000,00
Perdas de Aluguel	EMPRESARIAL	3.420.000,00
Equipamentos Estacionários	EMPRESARIAL	2.000.000,00
Incêndio / Raio / Explosão	EMPRESARIAL	160.000.000,00
Danos Morais ou Estéticos   Resp. Civil Empregador	RC EMPREGADOR	1.500.000,00

A Companhia mantém como cossegurada a parte relacionada Transnovag Transportes S.A. na apólice de seguro empresarial. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza são avaliadas pela Administração como adequadas e suficientes. **23. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Companhia restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar nacionais, empréstimos bancários, em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir: **Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são proteg